



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

ORÇAMENTO CIDADÃO 2017

6ª Edição

Visão: Assegurar a participação do Cidadão em todas as fases do processo orçamental (elaboração, execução e controlo).

Missão: Informar ao Cidadão, em linguagem simples e acessível, sobre os aspectos relevantes do Orçamento do Estado.

Caro Cidadão,

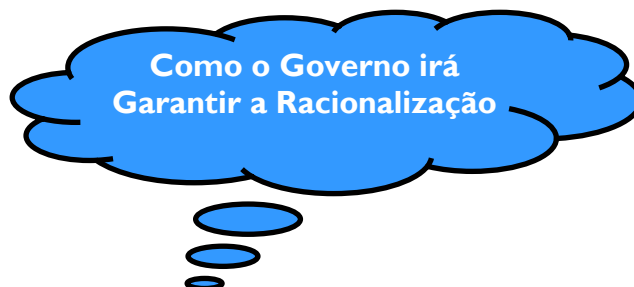
No âmbito do seu compromisso com a transparência e envolvimento da sociedade no processo orçamental, o Governo de Moçambique, através do Ministério da Economia e Finanças, apresenta a 6ª edição do Boletim Informativo — Orçamento Cidadão —, com o objectivo de dar a conhecer as grandes opções do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) para 2017. O PES, cuja expressão financeira é o OE, materializa o estabelecido nas prioridades e pilares do Programa Quinquenal Governamental (PQG) 2015-2019.

Aproveitamos igualmente a oportunidade para agradecer a colaboração de todos os intervenientes neste processo e para reiterar a nossa disponibilidade e abertura a sugestões e comentários, visando a sua melhoria contínua.

O Orçamento Cidadão visa permitir a participação do cidadão no processo orçamental, garantindo maior transparência na gestão dos recursos do Estado.

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2017

Devido às mudanças na conjuntura nacional e internacional ocorridas em 2016, a política orçamental para 2017 será orientada para o desafio de consolidação da paz, criação de um ambiente favorável para o aumento do fluxo do Investimento Directo Estrangeiro, recuperação da confiança na relação com os Parceiros Internacionais e melhoria da balança de transações correntes através da racionalização da despesa pública.



A racionalização dos gastos públicos, irá ocorrer através da:

- ♦ Redução das despesas com combustíveis, comunicações, viagens, ajudas de custo para dentro e fora do país, Seminários, Reuniões sectoriais e acolhimento de eventos internacionais;
- ♦ Não realização de novas admissões, com excepção dos sectores de Educação, Saúde e Agricultura;
- ♦ Gestão rigorosa da Dívida Pública; e
- ♦ Melhoria da eficiência económica das empresas públicas.